

- CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB Fácil: Leitura Crítico-Compreensiva: Artigo a Artigo** – Petrópolis, RJ: Vozes 1998.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL: 1998. Brasília: Câmara dos Deputados. 2004.
- COTRIM, Gilberto. **História do Brasil Nova Consciência: Dos primeiros povos ao século XVIII: 5ª série.** 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
- FONSECA, Selva Guimarães. **Caminhos da História Ensinada.** Campinas, SP: Papiros, 1993.
- FONSECA, Thais Nívia de Lima. **História & Ensino de História.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MARX, Karl & ENGELS, Friderich. **Manifesto Comunista.** Ed. Paz e Terra, 2004. p. 25 (http://pt.shuoong.com/humanities/+_history/1784093-livro-did%C3%Altico) Acessado dia 27/04/2009 às 11:10.
- PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: História Geografia. Brasília: Ministério da Educação, 1997.
- PILETTI, Nelson. PILETTI, Claudino. **História e Vida.** São Paul: Ática, 1989. v. 1.

ressaltar também que o aluno necessita mais de um orientador, do que de um “professor”, que apenas repete de forma, um tanto quanto óbvia, uma ideia de história, em muitos casos, já apresentada como superada.

O exame empreitado aqui, portanto, mesmo que de forma muito rápida, sugere que não há muita discrepância entre a história científica e crítica (Caio César Boschi e Selva Guimarães), e a ideia de história contida nas “introduções ao estudo de história” dos livros didáticos. Percebe-se, pois, que entre essas “duas” concepções de história não há uma que pese mais que outra.

Considerações finais

Em face do exposto, conclui-se que o livro didático não se distancia da ideia de história, tida como crítica. Ao nos depararmos, inicialmente, com o livro didático tínhamos uma visão que esse tipo de material pedagógico se apresentava como uma espécie de história “cristalizada”. Que apenas dava atenção aos grandes fatos, aos feitos dos grandes homens.

Ao analisarmos esse material pedagógico vimos pontos de vistas de pesquisadores que estudaram o livro didático e refizemos nossa própria perspectiva sobre a questão. O que fica, portanto, é que esse tipo de material pedagógico se desloca/alarga, e permite refletir outros aspectos do processo ensino-aprendizagem, incluindo-se aí um outro pilar importante do processo: o *professor*.

O professor é o porta-voz do livro e tem a função, de esclarecer e levar o entendimento/saber ao aluno. Retomando o que dizem as obras examinadas, deve-se pensar uma história integrada que estude e ensine uma ideia de história a mais crítica possível.

Referências Bibliográficas

ANANIAS, Natália Teixeira & BETTINI, Rita Filomena Andrade Januário. **Dialogando sobre o livro didático de história no ensino fundamental**. Pertinências na Aprendizagem. Ed. UNESP, São Paulo, 2008.

([http://web.lettras.up.pt/7clbheporto\(trabalhos_finais/eixo1/IA203.pdf\)](http://web.lettras.up.pt/7clbheporto(trabalhos_finais/eixo1/IA203.pdf) acessado dia 25/04/2009 às 16:45;

ANASTASIA Carla; RIBEIRO, Vanise. **Encontros com a História: 5ª série**. Curitiba: Positivo, 2006.

BOSCHI, Caio César. **Porque Estudar História?** São Paulo: Ática, 2007.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. **História do Brasil**. v.1: Colônia. São Paulo: FTD, 1994.

A ideia de história que o livro didático traz, embora, geralmente, calcada nos grandes fatos e nos grandes homens, ainda, assim, mostra-se passível de análise mais crítica na sala de aula. E se o professor tiver em mente que sua função é ser orientador e crítico, o livro por si só, não tem o poder de direcionar que visão da história o aluno formará acerca dos eventos estudados. Isso significa dizer que é o professor que, em considerável medida, o formador de concepções específicas da história junto aos alunos.

No exame das obras de Gilberto Cotrim, Vanise Ribeiro e Carla Anastásia percebe-se que eles configuram, não com as mesmas palavras, uma ideia de História também em comum. A história, assim como a ficção, muitas vezes, se inspira no conhecimento de épocas passadas. Contar história, entretanto, não é apenas inspirar-se nos fatos ou no conhecimento adquirido. A história é contada a partir da documentação, de fontes, seja essas, fontes escritas ou não.

As informações existentes nos livros aqui analisados, de um modo geral, se apresentam bastantes relevantes, pois são abordadas de forma específica e metodológica, e, em conjunto, levam o aluno compreender uma ideia de história com viés razoavelmente crítico. É certo que não podemos negar que essas informações deverão chegar aos alunos de forma bastante clara, caso contrário, o resultado de tal acesso, pode surtir efeito contrário daquele pensado inicialmente. E esse modo específico de acesso deve ser entendido como a tarefa primordial do professor.

Vanise Ribeiro e Carla Anastásia apontam na “história, sujeito, fontes e tempo”, texto que abre o capítulo do seu livro, que o historiador deve se posicionar ao trabalhar a história. (2006, p. 8-9). A “introdução ao estudo de história” de Gilberto Cotrim é breve, o autor discute rapidamente uma ideia de história. Ele se limita a fazer pequenos recortes e pequenas apresentações.

A história apresentada nos livros didáticos, que acabamos de examinar, não se “distancia” da ideia de história apresentada da bibliografia teórica. Ela só precisa ser melhor estudada e trabalhada.

Se podemos, atrevidamente, dizer que chegamos a algum resultado. Esse poderia ser exposto nos seguintes termos. Não existe livro didático bom ou ruim em si, nem tampouco, devemos taxar que os livros são na totalidade ruins. As críticas que existem em torno desse tipo de material, certamente, devem ser divididas com os professores; para ficar apenas no tripé, livro didático/aluno/professor.

Sabemos que o livro não fala por si só. É preciso, portanto, antes da adoção, passar por uma análise, assim como qualquer outra fonte de informação. É importante

refletindo sobre a história ficamos conhecendo como os homens viviam, produziam e pensavam; e como os modos de viver, de produzir coisas e de pensar foram mudando ao longo dos tempos. Esse conjunto de dados sobre o passado, sobre o que aconteceu, permite-nos entender o que ocorre hoje, e porque ocorre.

O calendário que utilizamos também é aspecto de reflexão dos autores. Os livros examinados, na maioria das vezes, propõem uma maior atenção em torno do calendário. Senão vejamos. O nosso calendário divide o tempo em dias, meses, anos, décadas, séculos e milênio.

O século é uma unidade de tempo muito utilizada pelos historiadores. Os séculos, geralmente, são escritos em algarismos romanos. Há duas regras práticas para se saber a que século pertence um determinado ano. Primeiro, quando o ano termina em 00. Nesse caso, é só eliminar os zeros, o que sobrar indica o século. Exemplo: 1500, excluídos os dois 00, temos, o século XV.

Segundo, quando o ano não termina em 00, eliminam-se os dois últimos algarismos e somar 1 ao número que sobrou. Exemplo: 1345. $13+1=14$. Portanto, o século XIV. O calendário que utilizamos conta o tempo em dias, anos (de 365 dias) e séculos (grupos de 100 anos). (Piletti 1989, p.10-11).

As afirmações, em comuns, dos autores sobre o calendário é que nós (ocidentais) adotamos o calendário cristão. Contamos o tempo a partir do suposto nascimento de Jesus Cristo. Para nós, portanto, os fatos ocorrem em um dos dois momentos possíveis: antes e depois de Cristo. No caso dos feitos ocorridos no primeiro instante, isto é, antes de Cristo, ao lado da data coloca-se a abreviatura a.C. (antes de Cristo); para as ocorrências históricas de o segundo momento escrevemos as datas, mas não é obrigatório colocarmos a abreviatura d. C. (depois de Cristo). Normalmente coloca-se tal distinção apenas em datas mais recuadas, mais próxima do nascimento de Cristo.

Os livros, *História do Brasil*, *História & Vida*, publicados antes de 2000 discutem os seguintes tópicos: história e ficção, relacionando histórias, estudar história – para que? e fontes históricas. (2001, cap. I). As outras obras, *História do Brasil: nova consciência e Encontros com a História*, propõem os seguintes tópicos: história - sujeito, fontes e tempo, História vastas histórias, os caminhos da história, as fontes – os testemunhos da história, e a contagem do tempo histórico (calendário). (2006, cap. I).

Ao analisarmos essas obras em conjunto podemos observar uma discussão de temas que nos estimula a pensar/concluir uma ideia de história. Qual seja. O livro didático propõe uma ideia de história razoavelmente crítica.

levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia.”

4. Análise das introduções nos livros didáticos

Analisamos as “introduções ao estudo de história” de livros didáticos tentando mapear que ideia de história existe nesse material pedagógico. Para isso, examinamos quatro livros. Sendo dois deles editados entre 1988 e 2000, e os outros dois, entre 2000 e 2008. Os livros analisados são: *História & Vida* de Nelson Piletti e Claudino Piletti (1989) e *História & Vida* de Alfredo Boulos Júnior (1994), que foram publicados entre 1988 a 2000.

Esses livros expõem nas suas “introduções aos estudos históricos” uma ideia de história, em linhas gerais, cobrindo os seguintes aspectos: porque estudar história, o que é história, como sabemos o que aconteceu no passado, quem fez a história, o nosso calendário, os períodos da história. Além desses pode-se acrescentar mais esse pontos: conhecendo o passado, contando o tempo, a divisão da história (Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna, Idade Contemporânea, e a Pré-História brasileira).

Começamos pelos últimos aspectos/tópicos mencionados, presentes nos textos de Nelson Piletti, Claudino Piletti e Alfredo Boulos Júnior. Um dos pontos em comum que esses autores abordam giram em torno da seguinte pergunta: como sabemos o que aconteceu no passado? E pode ser uma pergunta na qual quase todo aluno do Ensino Fundamental almeja uma resposta.

Nesse aspecto, o que os autores, Nelson Piletti, Claudino Piletti e Alfredo Boulos Júnior, escreveram se apresentam bastante similar entre si. Eles dizem que conhecemos o passado através dos tempos. Que os homens vão deixando sinais de suas vidas, restos de esqueletos, de casas, de objetos domésticos, de vestimentas, de calçados, de obras de arte, de desenhos, de inscrições, de cartas, de textos impressos (livros, revistas e jornais), etc. Esses vestígios são os chamados documentos, ou fontes históricas. Afirmaram ainda que as fontes históricas podem ser de dois tipos: fontes não escritas – restos humanos, monumentos, estátuas, utensílios domésticos, armas, vestimentas, pinturas, esculturas, construções, relatos orais, fotografias, etc. E escritas – inscrições em pedra, em metal, em madeira, em papel, em jornais, em livros, em revistas, em constituições, etc.

Os textos aqui em exame discutem também o porquê de se estudar história. Afirmam que ao se estudar história aprendemos como os homens guerreavam, se alimentam, interagem com a natureza, governavam, vestiam, habitavam, se locomoviam, etc. Enfim,

Analisando a Constituição de 1988, obtemos as seguintes informações gerais sobre a educação: *artigo 208*. “atendimento ao educando, no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático – escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.”; *artigo 210*. “serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito dos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.” *artigo 210, parágrafo 2º*. “o ensino fundamental regular, será ministrado em língua portuguesa assegurando às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.” Essas passagens da Constituição de 1988, “teoricamente”, regulamentam o processo educativo, em nível fundamental, como também normatiza/direciona o professor no desenvolvimento nas práticas educativas.

É importante refletirmos acerca de quais são, efetivamente, os problemas da educação brasileira. Pois, o que se observa é que o “Estado” propõe uma forma de educação e, quando essa chega à sala de aula, se vivencia outra realidade. Observemos, por exemplo, o artigo 208, da Constituição, que propõe ao educando programas suplementares. No artigo 210, podemos observar outro ponto passível de questionamento, quando se recomenda aos alunos, conteúdos mínimos, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito dos valores sociais.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais:

[...] para compreender a história o aluno deveria dominar, em princípio a noção de tempo histórico. No entanto, o desenvolvimento dessa noção no ensino limitava-se as atividades de organização do tempo cronológico e de sucessão como datações, calendário, ordenação temporal, seqüência passado – presente – futuro. (PCN, vol. 5, p.26-27).

O livro didático não pode ser o único material pedagógico a ser estudado, principalmente na disciplina história, pois no que diz respeito ao senso “crítico” do aluno, ele não é capaz, sozinho de fazer com que o aluno saiba o que realmente aconteceu no passado ou acontece nos dias atuais. A LDB pode nos ajudar a entender a proposta da Constituição de 1988, quanto ao uso exclusivo do material didático. “Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.” (LDB, artigo 26).

No artigo 26 da LDB está contida também a ideia de igualdade entre os povos, tidos como com a base formadora da sociedade brasileira: “o ensino da história do Brasil

Nos anos 90, por limitações de orçamento, os livros didáticos são restringidos somente até a 4ª série do ensino fundamental (atual 5ª série). Em 1995, com a volta de mais investimentos para a educação, a distribuição dos livros didáticos no ensino fundamental volta a acontecer normalmente. Já em 1996. Forma-se uma comissão que começa a avaliar os livros didáticos, para melhorar a escolha dos exemplares por meio dos professores, fato este que ocorre até os dias de hoje.

Após o ano de 2000, são desenvolvidos exemplares didáticos para alunos portadores de necessidades especiais, contribuindo para uma educação mais acessível aos conteúdos escolares, que colaboram conjuntamente para as aulas de história. (ANANIAS & BETINI, 2008, p. 3).

As aulas ficam muito mais interessantes quando todos os alunos participam, por isso são importantes todas as escolas terem acesso aos livros didáticos e livros próprios para quem é portador de necessidades especiais, pois, assim como todos os outros alunos eles também podem ajudar muito no decorrer da aula.

A história da África abordada nos livros didáticos do Ensino Fundamental se perde dentre as informações propostas, e traz uma mentalidade muito dissociada da realidade e apesar de estar presente no nosso conteúdo historiográfico, o negro, o índio, não passa de um ator coadjuvante em um roteiro estrito e dirigido por brancos, infelizmente o livro não faz verdadeiramente seu papel de orientador, pois, esses citados acima são tão importantes para a história quanto os brancos e são principais personagens da história.

Recentemente, por exemplo, o governo brasileiro tornou obrigatório, nas escolas de educação básica, o ensino da história e da cultura afro-brasileira e africana.

Mais importante que o reconhecimento oficial sobre a contribuição da cultura africana pra a formação do Brasil, no entanto, é que cada um de nós rejeite qualquer atitude preconceituosa, ou desdenhosa em relação a África. Para tanto é fundamental questionar a validade de uma história baseada unicamente na contribuição européia e começar a utilizar ferramentas com as quais não estamos familiarizados". (Boschi, 2007, p. 66).

Para ampliar nosso ponto de vista, valorizando as diferenças e a diversidade. Até pouco tempo, por exemplo, os indígenas eram excluídos da história com o argumento simplista de que não tinham história, isto explicaria porque eles se aculturavam, assimilando tão facilmente os valores dos brancos. A história dos negros e indígenas abordadas nos livros didáticos devem ser vistos como agentes de uma dinâmica histórica própria – a da sua história. É importante pensar que a realidade que temos nos livros didáticos e justamente a de um profundo déficit teórico em relação às possibilidades e os objetos do conhecimento histórico.

É sabido que o livro didático de história almeja atender as necessidades específicas da disciplina. Diante dessa condição, e considerando que em muitos casos ele é a única fonte de informação, não podemos admitir a existência de lacunas estruturais referentes às unidades didáticas analisadas, isso poderia levar a uma deficiência na aprendizagem dos alunos.

2. O livro didático como ferramenta do professor

O interesse pelo conhecimento e pelo estudo da história, a despeito de uma possível iniciativa pessoal, deve ser sempre de caráter coletivo, isto é, a análise histórica deve ser coletiva. O livro didático, por si só, não consegue despertar e influenciar os alunos para pensar a história. Esse refletir crítico depende, em grande medida, mais do professor mediador do conteúdo, do processo de ensino-aprendizagem, do que da história ou do livro didático em si.

Devemos, portanto, ter consciência de que o professor que ministra aulas de história não pode ser apenas um mero “professor”, ele deve ser um profundo conhecedor dos momentos históricos, e munir-se de dados históricos para sustentar sua fala. Só a história abordada dessa forma – a história crítica – permite identificar problemas e agir com potencial transformador.

A partir da Constituição de 1988 do Estado Brasileiro, a história tem sido um conteúdo constante do currículo da escola elementar. O decreto das escolas de primeiras letras, de 1827, a primeira lei sobre a instrução nacional do Império do Brasil, estabelecia que “os professores ensinariam a ler, a escrever, as quatro operações de aritmética (...), a gramática da língua nacional, os princípios de moral cristã e de doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionadas à compreensão dos meninos; preferindo, para o ensino da leitura, a Constituição do Império e História do Brasil. (PCN, volume 5, p. 19).

Os livros didáticos por si só não conseguem esclarecer o aluno acerca das origens, das diferenças e das contradições existentes entre os homens, e ao mesmo tempo proporcionar conhecimento histórico sobre outras maneiras de se viver, isto é, sobre as experiências de homens que viveram em outras épocas, em outros espaços, em outras culturas. A realidade da escola pública brasileira exige, pois, que sejamos mais práticos. Como observa Fábio Favarsani.

Destaque-se que, em muitos casos o livro didático, é o único material disponível não só para alunos, mas também para professores. Sendo assim,

como aquelas nas quais saberes provenientes de culturas profissionais específicas tornaram-se progressivamente, saberes úteis ao processo de escolarização, acabando por constituir-se em disciplinas escolares. É o caso de técnicas de escrita e de leitura, do cálculo, das línguas vulgares e mesmo da história e da geografia. (Fonseca, 2004, p.16).

As análises tradicionais, portanto, não explicam sozinhas de que forma a cultura poderia interferir ou interagir na definição dos conteúdos a serem ensinados, em seus objetivos e em seus métodos, e menos ainda, as múltiplas formas de apropriação passíveis, pelos diversos sujeitos envolvidos, desses conjuntos que constituem a disciplina de história. (Fonseca, 2004, p. 19).

Fonseca acrescenta ainda que as peculiaridades, nada fortuitas, em torno dos saberes escolares, no caso, o da história ensinada, não se limitam aos interesses de determinadas parcelas da sociedade:

A trajetória da história ensinada nas escolas, adotando o livro didático como referência, não corresponde, necessariamente, à da história, campo do conhecimento, mesmo porque, durante muito tempo – da Idade Média, ao século XIX – parte dela confundiu-se com a história sagrada, isto é, com a história bíblica, que era ensinada nas escolas onde a influência de igrejas cristãs era significativa. História “profana”, principalmente sobre a antiguidade, chegam a aparecer, por meio de textos clássicos, no elenco dos conhecimentos incluídos no estudo do Latim ou mesmo da teologia, como conteúdo destinado ao ensino, a história ganharia importância a partir dos tempos modernos, para a formação das elites, sobretudo dos herdeiros dos tronos europeus. (Fonseca, 2004, p. 21).

Sobre o livro didático e, por conseguinte, sobre o que se inscreve nele, pesa ainda diretrizes de natureza política. As políticas de adoção do livro didático nas escolas públicas direcionam, em alguma medida, a “qualidade” do “produto”. É o que nos alerta Natália Teixeira e Rita Filomena, no texto, *Dialogando sobre o livro didático de história no ensino fundamental: pertinências na aprendizagem*:

Com o advento da imprensa e de uma organização institucional da educação para todos os níveis, nos deparamos com o livro didático de história para o ensino fundamental como uma grande ferramenta para a compreensão de diversos temas necessários a uma aprendizagem significativa, sabe-se também que o livro didático nesta última década sofreu grandes transformações para as edições que são utilizadas em salas de aula na rede pública de ensino, sejam por novas regulamentações, como a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) – ou até mesmo pelo Programa Nacional do Livro Didático, apresentado assim, como início de uma discussão que prioriza como alguns livros didáticos de história para o ensino fundamental interferem na aprendizagem dos alunos usuários destes exemplares. (Teixeira, Filomena, 2008)

autoritarismo, limitando o debate sobre o novo, porém demagogicamente querendo apresentar resultados, “mudanças”, “novidades”. Por outro lado, um público (professores, pais, alunos, imprensa), apesar da reorganização refratário a transformações que exigem uma mudança de mentalidade, que mexem com algumas ideias cristalizadas no social e colocam escola e conhecimento em novos patamares. Outro lado é representado pela própria existência daquelas propostas (Fonseca, 1993, p. 109).

Essas propostas nos levam a uma avaliação e a um confronto, enfrentando a problemática da exclusão, operada no ensino fundamental. A ideia de história nos livros didáticos do ensino fundamental caracteriza-se como “linear”, determinista, “cristalizada”, dissociada da realidade social. Segundo a autora, Selma Guimarães, O ponto de partida para o trabalho de produção do conhecimento histórico não é o indeterminado, “indefinido”, o que “sustenta”! um ensino crítico da história é um novo método, uma historiografia que confere à história o estatuto da ciência. Mas qual o critério usado para qualificar esta história como ciência e a anterior como não científica? (Fonseca, 1993, p. 96).

A crítica que a autora faz é dirigida à história linear, “que se apresenta por linhas”, mecanicista, etapista e factual. Uma história contada a partir dos grandes homens, dos grandes fatos. Uma história heróica e “cristalizada”. Diante dessa particularidade, alguns autores dos livros didáticos abalizados, a despeito da insistência de que a história não é feita apenas por alguns heróis, alguns indivíduos, admitem que certas datas não possam ser deixadas sem comemorações. E citam, como exemplo, o 21 de abril e o 7 de setembro da história brasileira. Para esses autores as comemorações impõem-se como necessárias, pois ressaltam determinados conteúdos que fazem parte da tradição histórica ensinada.

Os autores como visões mais pluralistas e progressistas, não negam o 21 de abril, ou a história “oficial”, mas propõe novos tratamentos ao “passado”. Para esses, os marcos de periodização da memória permanecem, mas recebem novas leituras, novos olhares críticos. Ganham uma reelaboração.

O reelaborar da abordagem dos saberes históricos, a pensar pelo que passou as próprias disciplinas no seu processo de constituição, não é tarefa fácil e rápida. Um olhar mais crítico sobre a história tradicional não depende apenas de vontades individuais. Uma análise rápida do nascimento das disciplinas escolares permite perceber que elas não se formaram a partir da conjunção de forças neutras. Nesse processo de organização dos saberes, portanto, não houve espaço para o acaso; como nos ensina Fonseca:

As disciplinas escolares surgem do interesse de pessoas e instituições, como os agrupamentos profissionais, científicos e religiosos, mas, sobretudo da igreja e do Estado, o que nos leva a situar, no final da Idade Média a organização dos primeiros contos de saberes que se constituíram como disciplinas escolares. Algumas situações são particularmente interessantes,

História e Vida, 1989, de Nelson Piletti e Claudino Piletti e *História do Brasil*, 1994, de Alfredo Boulos Júnior.

Este trabalho propõe uma discussão da ideia de história existente nos referidos livros didáticos, comparando-a com aquela existente na bibliografia teórica acima citada. A partir do exame dessas “introduções ao estudo de história”, presentes no primeiro capítulo dos livros didáticos esperam-se encontrar, mesmo que apenas parcialmente, respostas para o questionamento levantado.

É preciso muita cautela para analisar livros didáticos de história, pois nestas últimas décadas eles sofreram grandes transformações. Transformações que vão desde os aspectos didáticos, passando pelos metodológicos, e chegando até aqueles relacionados à escrita em si. Essas transformações são resultados, em certa medida, de mudanças na perspectiva de olhar o conhecimento e a função da história. As mudanças presenciadas afetaram todo o campo da disciplina, incluindo-se aí os próprios historiadores. Além dessas peculiaridades em torno da história não podemos esquecer também os desafios do processo de escrita da história, como nos alerta Caio Boschi.

[...] sabemos, é claro, que há realidades e contextos históricos semelhantes, mas ser semelhante não significa ser igual. O fato é, em última instância, a própria história, são únicos e irreversíveis. O que muda são as interpretações e versões sobre os fatos. Conseqüentemente, em história não existe “se”. O conhecimento histórico pressupõe realidades efetivas e fatos concretos [...] (Boschi, 2007 p. 31).

1. O que dizem sobre o livro didático

A década de 80 foi um momento de nossa história com uma conotação dramática própria. Foi nessa década que ensaiamos tomadas de posições decisivas para a vida cidadã. Convém mencionar rapidamente que nesse período ultrapassamos a angustiante época de mando militar, escrevemos e promulgamos uma nova Constituição e reformulamos, para bem ou para mal, as diretrizes básicas do nosso sistema educacional. É plausível, portanto, que os anos 80 provoquem olhares díspares sobre vários dos seus aspectos. E acerca do ensino de história não poderia ser diferente. Para

Imagem do ensino de história dos anos 80 – Expressa por propostas curriculares e pelas experiências que as embasaram seus desdobramentos – Revela não uma “década perdida”, como os economistas têm dito sobre a economia brasileira nestes anos, mas uma década de tensões e criatividade. De um lado, uma estrutura de poder burocrático e carregado de vícios do

História ensinada: um exame das “introduções à história” nos livros de 5ª série do Ensino Fundamental, (1988-2008).

Fablicio Xavier Almeida

Flávia Xavier Almeida

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar “as introduções ao estudo de história” contidas nos livros didáticos de 5ª série do Ensino Fundamental entre 1988 e 2008. Objetivamente o que intentamos fazer foi examinar as aproximações ou distanciamentos da ideia de história presente nesse tipo de literatura com aquela existente na bibliografia teórica que pensa a história e as questões em torno do seu ensino. Para isso, tomamos como parâmetros ainda a LDB (*Lei de Diretrizes e Bases*), Lei n. 9.394/1996, a Constituição de 1988, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

Palavras-chave: livro didático, ensino fundamental, ideia de história.

Introdução

Ao depararmos com o livro didático devemos refletir sobre vários pontos, pois eis a principal fonte de dados responsável pela aprendizagem de história, em especial a do ensino público. Dessa condição inicial algumas questões se apresentam. As informações contidas nesse tipo de material pedagógico são adequadas para o desenvolvimento crítico do aluno? O livro didático deve ser a principal fonte de informação nas escolas públicas?

Para examinar qual ideia de história existe nas “introduções ao estudo de história” dos livros didáticos, tomemos como parâmetro de exame a ideia história existente nas obras dos seguintes autores: Caio César Boschi, *Por que estudar História?* Selma Guimarães Fonseca e Thaís Ninia de Lima e Fonseca, *A história do ensino de história: objeto, fontes e historiografia*. Além desses, usamos ainda a LDB (Lei das Diretrizes e Bases), a Constituição de 1988 e os Parâmetros Curriculares Nacional de História. O recorte temporal está pensado para cobrir as duas décadas de existência da Constituição Cidadã (1988-2008), bem como, as mudanças legais ocorridas no campo da educação básica brasileira no referido período. Usaremos como fonte básica de pesquisa livros didáticos editados entre 1988 e 2008.

Os livros didáticos examinados são: *Encontros com a História, 2008*, de Vanise Ribeiro e Carla Anastásia; *História do Brasil - Nova Consciência, 2001*, de Gilberto Cotrim;

O fazer histórico é parte do mundo, e não poderia ser diferente: tudo muda de significado quando nosso entendimento da História se altera.

Caio César Boschi, 2007

SUMÁRIO

Introdução, 05

1. O que dizem sobre o livro, 06

2. O livro didático como ferramenta do professor, 09

3. Interesse econômico: o livro didático como movimento econômico, 10

4. Análise das introduções nos livros didáticos, 13

Considerações finais, 16

Referências Bibliográficas, 16

Fablicio Xavier de Almeida
Flávia Xavier de Almeida



História ensinada: um exame das “introduções à história” dos livros didáticos de 5ª série do Ensino Fundamental, (1988-2008)

Trabalho apresentado ao curso de História da Faculdade de Ciências e Educação de Rubiataba como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em História. Orientador: Professor Dr. Raimundo Agnelo Soares Pessoa.

Rubiataba, 2009

36035

Tombo n	14096
Classif:	
Ex:	01
Origem:	
Data:	29/07/2009

FACULDADE DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO DE RUBIATABA
CURSO DE HISTÓRIA



História ensinada: um exame das “introduções à história” nos livros didáticos da 5ª série do Ensino Fundamental, (1988-2008)

Discentes: Fablício Xavier de Almeida
Flávia Xavier de Almeida

Orientador: Professor Dr. Raimundo Agnelo Soares Pessoa

Rubiataba, 2009